

## ACTAS

**Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**  
**Reunião do Conselho Geral de 16 de maio de 2023**

**----- Ata n.º 6 -----**

---Aos dezasseis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, pelas 15:30H, reuniu na Sede da ANMP, em Coimbra, o Conselho Geral.-----

---Estiveram presentes os membros do Conselho Geral constantes do Anexo I.-----

---Participaram na reunião Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo da ANMP, acompanhada dos Vice-Presidentes Ribau Esteves, Alfredo Monteiro, Álvaro Araújo, e do Secretário-Geral da ANMP, Rui Solheiro.-----

---Face à ausência do Presidente do Conselho Geral, Carlos Moedas, a reunião foi presidida pelo Vice-Presidente, Ricardo Gonçalves.-----

---Verificada a existência de quórum, o Vice-Presidente do Conselho Geral, Ricardo Gonçalves, declarou aberta a reunião, com a seguinte ordem de trabalhos, antecipadamente enviada aos membros do órgão:-----

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 19/12/2022.-

Ponto 2 – Descentralização administrativa. Ponto da situação.-----

Ponto 3 – Aprovação do Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2022.-----

Ponto 4 – Adesão da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central à ANMP.-----

Ponto 5 – Outros assuntos.-----

**Ponto 1. Aprovação da ata da reunião do Conselho Geral realizada no dia 19/12/2022.**  
(Anexo II)-----

---Colocada a votação, registou-se a aprovação por unanimidade. -----

**Ponto 2. Descentralização administrativa. Ponto da situação.** (Anexo III)-----

---Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo, começou por referir que a descentralização tem sido o tema central dos últimos tempos, tendo os Acordos setoriais celebrados entre a ANMP e o Governo, nas áreas da educação, saúde e ação social, reconhecido a dinâmica deste processo, o qual necessita de um acompanhamento permanente, para que se promovam os ajustamentos necessários à operacionalização das competências transferidas.-----

---No que concerne ao domínio da educação, a Presidente do Conselho Diretivo sublinhou a necessidade de assegurar a concretização atempada do plano de financiamento, que salvaguarde a 100% as intervenções de reabilitação nas escolas mapeadas, não se podendo aceitar uma alocação excessiva de verbas do Portugal 2030 (PT2030), na medida em que tal poderá vir a comprometer a capacidade de os municípios financiarem outros equipamentos escolares, enquadrados nas suas competências anteriores a esta descentralização. Ressalve-se que na proposta de

## ACTAS

atualização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o Governo alocou 300 milhões de euros para as escolas, tendo a ANMP proposto que sejam adicionados mais 300 milhões de euros, perfazendo, assim, 600 milhões de euros. De acordo com a informação entretanto obtida, o valor da alocação ficará nos 450 milhões de euros, requerendo a maturidade das candidaturas, para que a execução das empreitadas possa decorrer dentro dos prazos do PRR.-----

---Por sua vez, no domínio da saúde, referiu a necessidade de proceder à definição dos critérios e das fórmulas de cálculo para determinação da dotação dos trabalhadores na área da saúde, bem como dos rácios de veículos afetos a cada Centro de Saúde.-----

---Quanto ao domínio da ação social, destacou a publicação da lista de trabalhadores que transitam do Instituto da Segurança Social, I. P., para mapas de pessoal dos municípios, para atendimento e acompanhamento social, de modo a dar uma resposta eficaz e universal por parte dos municípios neste domínio.-----

---Por último, a Presidente do Conselho Diretivo enfatizou que há outros domínios de competências transferidas cuja operacionalização demanda, igualmente, um acompanhamento permanente, nomeadamente o domínio das praias, no que respeita à atividade de assistência a banhistas, resultante da falta de nadadores-salvadores, tendo a ANMP apresentado à tutela um conjunto de propostas para obviar as dificuldades.-----

---Sobre este ponto da ordem de trabalhos, intervieram os seguintes elementos: -----  
José Grilo, Presidente da Câmara Municipal de Portel; Leonel Gouveia, Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão; Jorge Vala, Presidente da Câmara Municipal de Porto de Mós; Francisco Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra; Sílvia Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Arraiolos; Luís Antunes, presidente da Câmara Municipal da Lousã; Inês de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Almada; Ribau Esteves, Vice-Presidente do Conselho Diretivo; Rui Solheiro, Secretário-Geral da ANMP; Alfredo Monteiro, Vice-Presidente do Conselho Diretivo; Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo.-----

### **Ponto 3. Aprovação do Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2022.** (Anexo IV)-----

---Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo, procedeu a uma breve apresentação dos documentos em apreço, destacando o trabalho desenvolvido pela ANMP no âmbito de um conjunto alargado de temas fulcrais para os municípios, designadamente a descentralização, distribuição de energia em baixa tensão, habitação, ambiente, ADSE e proteção civil.-----

---Foram colocados a votação o Relatório de Atividades e das Contas da ANMP de 2022, registando-se a aprovação de ambos os documentos por unanimidade. -----

### **Ponto 4. Adesão da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central à ANMP.**-----

---Colocada a votação a adesão da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central à

## ACTAS

ANMP, registou-se a aprovação por unanimidade. -----  
-----

### **Ponto 5. Outros assuntos.**-----

---Neste ponto da ordem de trabalhos, intervieram os seguintes elementos: -----

Ricardo Gonçalves, Vice-Presidente do Conselho Geral; José Grilo, Presidente da Câmara Municipal de Portel; Pedro Machado, Presidente da Câmara Municipal Lousada; Júlia Rodrigues; Presidente da Câmara de Mirandela; Inês de Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Almada; Inácio Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa; Luísa Salgueiro, Presidente do Conselho Diretivo; Rui Solheiro, Secretário-Geral da ANMP.-----


---As matérias abordadas pelos intervenientes foram, designadamente, a falta de informação relativa à arrecadação de receita dos impostos municipais; a inexistência de uma entidade de tutela administrativa com carácter consultivo; constrangimentos na execução de empreitadas, com implicações nos financiamentos; atualização dos vencimentos dos eleitos locais; seca extrema que já se faz sentir em algumas regiões do País e o abastecimento de água às populações; necessidade de uniformização de entendimentos por parte das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) na definição dos perímetros urbanos; Taxa de Gestão de Resíduos; necessidade de revisão do regime da REN; alteração dos critérios de distribuição das verbas do Fundo Ambiental; necessidade de aumentar a celeridade do tribunal de Contas na apreciação de projetos/candidaturas; aumento da margem de endividamento municipal; despesas decorrentes dos danos verificados pelas cheias e inundações excecionadas dos limites de endividamento dos municípios afetados.-----  
-----

### **ENCERRAMENTO:** -----

---Nada havendo mais a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Vice-Presidente do Conselho Geral e pelo Secretário-Geral da ANMP. -----  
-----

**NOTA:** Das intervenções realizadas encontra-se arquivada na Secretaria-Geral da ANMP cópia áudio. -----  
-----

O Vice-Presidente do Conselho Geral

  
Ricardo Gonçalves,

O Secretário-Geral

  
Rui Solheiro